

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM
Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

7^a ROMARIA DA TERRA
DAS ÁGUAS E DA ECOLOGIA DO VALE DO RIBEIRA
QUILOMBO DO SÃO PEDRO - ELDORADO SP

23 DE AGOSTO DE 2025
DAS 8:00 ÀS 16:30

TODOS CUIDANDO DA CASA COMUM!

 **TRAGA:** FAIXAS, CARTAZES E ESTANDARTES DAS COMUNIDADES, PAROQUIAS E MOVIMENTOS


CJPIC

ASSOCIAÇÃO
QUILOMBO SÃO PEDRO


DIOCESE DE
REGISTRO

DESIGN POR NATALY UEDA | CONTATO: (11) 96630-2630 | @natalydsgr

Instituições Parceiras:

CPT - Estado de São Paulo
CIMI
EACONE
IDESC
ISA - Instituto SocioAmbiental - Vale do Ribeira

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM
Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

APRESENTAÇÃO:

Amadas irmãs e amados irmãos em Cristo,

Com alegria e esperança, apresentamos esta **cartilha pastoral**, nascida no chão sagrado da **7ª Romaria da Terra, das Águas e de Ecologia do Vale do Ribeira**, que será realizada no dia **23 de agosto de 2025**, no **Quilombo do São Pedro**, em Eldorado (SP). Com o tema "**Todos Cuidando da Casa Comum**", inspiramo-nos na *Encíclica Laudato Si'*, do Papa Francisco, que nos convida a escutar o clamor da terra e o clamor dos pobres, numa verdadeira conversão ecológica.

A Romaria, expressão da fé encarnada no território do Vale do Ribeira, é fruto do caminhar conjunto entre comunidades **quilombolas, indígenas, caiçaras, pescadores, agricultores, pastorais sociais, organizações populares e fiéis da nossa Diocese de Registro**. Esperamos mais de dois mil romeiros e romeiras para participar desta jornada de oração, denúncia, escuta e celebração. Unidos na fé, refletiremos sobre temas urgentes: **a titulação dos territórios tradicionais, os impactos da mineração e das barragens, as mudanças climáticas e a valorização das roças tradicionais**.

Esta cartilha é fruto desse processo de diálogo e mobilização. Estruturada na metodologia "**Ver, Julgar, Agir**", ela nos ajuda a olhar com profundidade a realidade da nossa diocese, iluminá-la com a luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja, e assumir gestos concretos de compromisso com a justiça, o cuidado da criação e a dignidade dos povos.

Convido cada comunidade, paróquia, pastoral e agente de pastoral a fazer desta cartilha um instrumento de **formação, oração e ação**. Que ela anime grupos de base, encontros nas comunidades, escolas de fé e cidadania, conselhos paroquiais e celebrações. Que seja também um sinal da presença profética da Igreja no Vale do Ribeira — ao lado dos pequenos, com os que cuidam da vida, com os que defendem a Casa Comum.

Sigamos em Romaria, com os olhos fixos em Jesus, o bom pastor, e com os pés firmes neste chão abençoado. Que o Espírito Santo nos fortaleça nesta caminhada de fé, justiça e esperança.

Com minha bênção e orações,

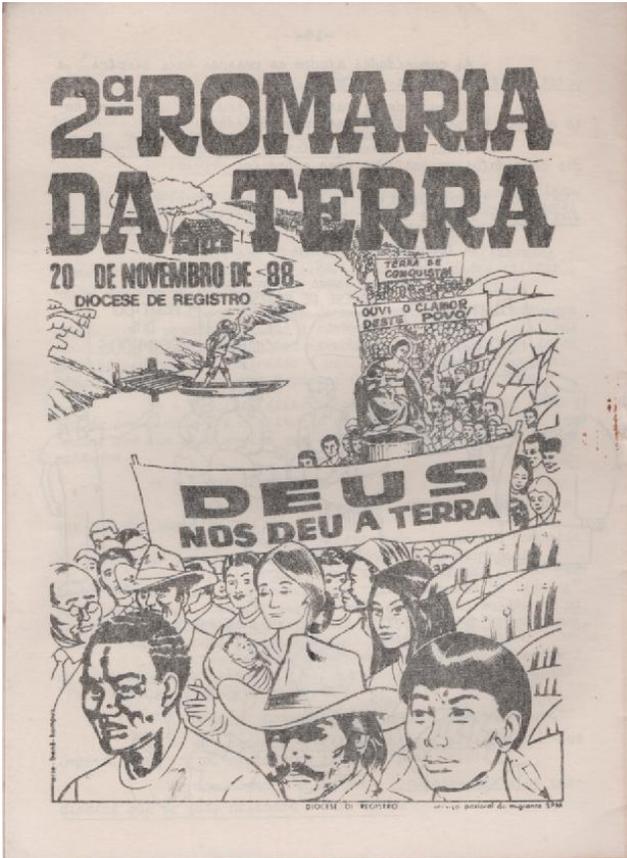
Dom Manoel Ferreira dos Santos Junior, MSC
Bispo Diocesano de Registro

Histórico das Romarias no Vale do Ribeira

As **Romarias da Terra**, no Vale do Ribeira, sempre foram momentos emblemáticos de fé, denúncia e esperança. Inspiradas pelo Evangelho, pela Doutrina Social da Igreja e pelos clamores dos povos da terra, essas romarias articulam espiritualidade e compromisso com a justiça socioambiental, reunindo há décadas agricultores, quilombolas, indígenas, caiçaras, pescadores, lideranças pastorais, movimentos sociais e comunidades cristãs.

A **primeira Romaria da Terra da Diocese de Registro** aconteceu em **27 de julho de 1986**, no Bairro Dois Irmãos, no município de Sete Barras, reunindo cerca de **4 mil pessoas**. Desde o início, a romaria se configurou como um **ato de peregrinação popular, reflexão coletiva e resistência política**, chamando atenção para os problemas fundiários, a exploração dos recursos naturais e a invisibilidade dos povos tradicionais do Vale do Ribeira.

A **segunda edição** que foi realizada em **20 de novembro de 1988** teve como tema central o direito à terra e à dignidade dos povos. O cartaz histórico da época já expressava a força do evento: **“Deus nos deu a terra”**, afirmava a faixa erguida pelos romeiros, em meio a rostos indígenas, quilombolas e agricultores.



Outras edições da Romaria marcaram momentos importantes da luta socioambiental da região:

- A **3ª Romaria**, realizada em **15 de julho de 1990**, ocorreu em Musácea, Miracatu (SP).
- A **4ª Romaria**, em **23 de agosto de 1992**, teve como tema a denúncia dos impactos sociais e ecológicos das **barragens** no Vale do Ribeira.
- A **8ª Romaria da Terra do Estado de São Paulo**, em **25 de julho de 2004**, aconteceu no **Quilombo Morro Seco**, com o tema **“Terra, Água: Dom de Deus, Direito de Todos”**, reunindo centenas de participantes, com apoio da CPT, Caritas, MST e CIMI.
- A **6ª Romaria** foi realizada em **29 de outubro de 2017**, no **Quilombo Engenho Bananal Pequeno**, no município de Eldorado (SP), organizada pela **Diocese de Registro** e a **Paróquia Nossa Senhora da Guia**.

Em todas as edições, a romaria se firmou como **espaço de escuta e valorização dos povos da floresta, do campo e das águas**, criando pontes entre as comunidades, a Igreja e os movimentos populares. As caminhadas, celebrações, místicas e rodas de conversa são expressão concreta da **fé encarnada na luta pela vida, pela terra e pela Casa Comum**.

Em 2025, ano em que o Brasil se prepara para sediar a **COP30**, a **7ª Romaria da Terra, das Águas e da Ecologia do Vale do Ribeira** reafirma esse compromisso histórico. A Romaria que será realizada no **Quilombo do São Pedro, em Eldorado**, no dia **23 de agosto de 2025**, retoma o caminho dos que lutaram antes de nós e projeta um futuro de justiça territorial, paz e ecologia integral para as novas gerações.

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

INTRODUÇÃO:

Inspirada na Encíclica Laudato Si' e na Campanha da Fraternidade 2025, esta cartilha propõe uma reflexão e mobilização sobre os desafios ecológicos, sociais e econômicos do Vale do Ribeira, com base na metodologia VER – JULGAR – AGIR. A região, marcada pela biodiversidade ambiental, com a riqueza da Mata Atlântica e do patrimônio cultural, é também uma das mais vulneráveis do país. Seus povos originários, quilombolas, caiçaras, pescadores, ribeirinhos e agricultores enfrentam violações de direitos, ameaças ambientais e exclusão social.

I – VER: Qual é a nossa realidade?

O Vale do Ribeira abrange parte dos estados de São Paulo e Paraná, sendo reconhecido como um dos últimos grandes remanescentes contínuos da Mata Atlântica. Ao todo abriga 34 municípios e mais de 50 comunidades quilombolas reconhecidas, além de duas dezenas de comunidades indígenas e as comunidades de caiçaras e pescadores. No entanto, apresenta os piores indicadores de IDH do estado de São Paulo, com altas taxas de pobreza e desemprego. A economia regional depende majoritariamente da agricultura familiar, do extrativismo sustentável e de programas de transferência de renda. Apesar de sua riqueza natural, o território sofre com o avanço da mineração, projetos de barragens, desmatamento e falta de políticas públicas adequadas. Grandes empreendimentos avançam sobre os territórios tradicionais sem consulta livre, prévia e informada.

II – JULGAR: À luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja

O Evangelho nos chama à responsabilidade com os mais vulneráveis e com a Criação. A Doutrina Social da Igreja orienta que o cuidado com a Casa Comum deve ser integral, ligando justiça social e justiça ecológica. Os povos tradicionais do Vale do Ribeira são guardiões da biodiversidade e da cultura popular, mas enfrentam o descaso e a violência do modelo extrativista. A sabedoria ancestral expressa nas roças tradicionais, nas festas religiosas e na convivência harmônica com o bioma Mata Atlântica é uma luz para novos caminhos. O Papa Francisco nos lembra que 'não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental' (Laudato Si', n. 139).

III – AGIR: Qual será o nosso gesto concreto?

Frente à nossa realidade de injustiça e destruição, somos chamados a agir com esperança ativa. A seguir, apresentamos cinco eixos de ação concreta que dialogam com a luta dos povos do Vale do Ribeira.

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

I – VAMOS CONHECER MAIS DE PERTO NOSSA REALIDADE

CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO VALE DO RIBEIRA

O Vale do Ribeira é uma região de grande importância histórica, ambiental e geopolítica, localizada entre o sul do estado de São Paulo e o leste do Paraná. Seu nome deriva do **Rio Ribeira de Iguape**, que cruza o território de oeste a leste até desaguar no litoral do Oceano Atlântico, sendo um dos principais rios da região Sudeste e eixo vital de conexão entre comunidades rurais, cidades e ambientes naturais.

História e formação territorial

Ao longo dos séculos, o Vale do Ribeira foi cenário de ciclos econômicos que deixaram marcas profundas. No período colonial, a região integrou as rotas de exploração de ouro e prata e foi importante ponto de ligação entre o interior do Brasil e o litoral. Durante o século XIX, consolidaram-se a cultura da cana-de-açúcar e os engenhos na zona de Iguape, além da mineração artesanal e da extração de madeira. No século XX, surgiram ciclos de mineração de chumbo, cultivo de arroz, exploração de palmito e mais recentemente, a produção de banana, marcando a paisagem com pequenos e médios bananais ao longo dos vales e encostas.

Apesar dessa diversidade de usos, o Vale do Ribeira foi historicamente negligenciado pelo poder público. A região ficou à margem dos grandes investimentos em infraestrutura e industrialização, o que reforçou sua condição de **isolamento e atraso econômico relativo** frente ao restante do estado de São Paulo.

Meio ambiente e importância ecológica

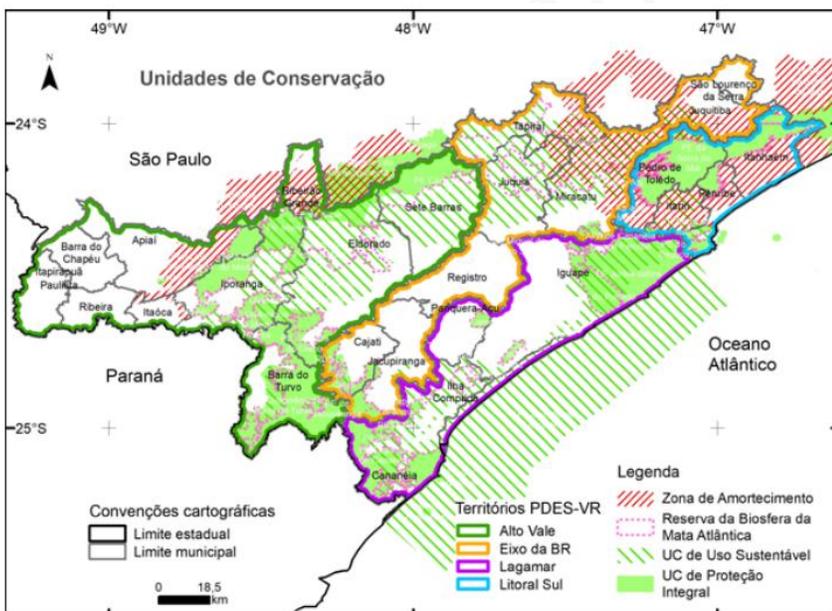


Figura 1 - Mapa com as Unidades de Conservação do Vale do Ribeira, IPT 2021

O território do Vale do Ribeira abriga o maior remanescente contínuo de **Mata Atlântica preservada do Brasil**, com cerca de **21% da vegetação original ainda intacta**. É uma das áreas de maior biodiversidade do planeta, contendo centenas de espécies endêmicas de flora e fauna, zonas úmidas, manguezais, restingas, rios cristalinos e formações geológicas únicas, como cavernas e afloramentos calcários.

A região compreende **um extenso mosaico de Unidades de Conservação** — parques estaduais, estações ecológicas, reservas e zonas de amortecimento — que protegem parte do território e da biodiversidade. O Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), o Parque Estadual da Ilha do Cardoso e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, o Mosaico do Jacupiranga, são alguns dos destaques. Porém, essas áreas protegidas foram em grande

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

parte implantadas **sem consulta prévia às comunidades locais**, gerando tensões entre conservação ambiental e permanência humana.

Além da proteção legal, o Vale do Ribeira cumpre um papel vital na **regulação do clima, no ciclo das águas e na manutenção de mananciais** que abastecem o estado de São Paulo. Seus ecossistemas, como os manguezais e as florestas de encosta, são barreiras naturais contra desastres ambientais e contribuem significativamente para o sequestro de carbono.

Desigualdade social e indicadores de pobreza

Apesar da riqueza ambiental, o Vale do Ribeira apresenta os **piores indicadores sociais e econômicos do estado de São Paulo**. Em muitos municípios, como Barra do Turvo, Iporanga e Eldorado, o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** é inferior a 0,700 — níveis semelhantes aos encontrados em regiões pobres do Norte e Nordeste do país. Em 2020, **cerca de 25% da população vivia abaixo da linha da pobreza**, e mais de 60% dependia de programas de transferência de renda como o Bolsa Família ou o Auxílio Brasil.

A infraestrutura urbana e rural é precária. Há **baixa cobertura de saneamento básico, transporte público irregular, falta de acesso a serviços de saúde especializados e poucas oportunidades educacionais e de emprego**, sobretudo para os jovens. O êxodo rural e o envelhecimento populacional tornam-se tendências crescentes.

A economia regional permanece baseada em atividades de **baixa produtividade e alta dependência do clima**, como agricultura de subsistência, pesca artesanal e pequenos comércios. O turismo ecológico e as iniciativas agroecológicas vêm crescendo, mas ainda são insuficientes para reverter o quadro de vulnerabilidade estrutural.

Outro aspecto central é o **déficit fundiário**: grande parte da população rural ocupa terras sem regularização, o que impede o acesso a políticas públicas estruturantes, crédito, assistência técnica e garantias jurídicas.

Desafios e perspectivas

O Vale do Ribeira se encontra num cruzamento decisivo: por um lado, é cobiçado por setores interessados em expandir **empreendimentos de mineração, barragens e monoculturas como silvicultura**; por outro, é uma **reserva viva de conhecimento ecológico, modos de vida sustentáveis e biodiversidade**.

Enfrenta ameaças como:

- A expansão de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs);
- A mineração em áreas de recarga hídrica e florestas preservadas;
- A lentidão nos processos de regularização fundiária e titulação coletiva;
- O desmonte de políticas públicas de desenvolvimento rural e conservação.

Ao mesmo tempo, a região carrega **potencial transformador**, com experiências de turismo de base comunitária, agroecologia, agrofloresta, extrativismo sustentável, feiras solidárias, educação ambiental e articulação dos povos e comunidades locais.

A realidade socioambiental do Vale do Ribeira é marcada por uma contradição fundamental: uma das regiões mais conservadas ambientalmente do país é também uma das mais pobres e desassistidas. Superar essa contradição exige políticas públicas estruturantes, baseadas na **justiça social, no reconhecimento territorial, na valorização da sociobiodiversidade e na participação ativa das comunidades locais**.

Proteger o Vale do Ribeira é mais do que conservar a floresta, as águas e a vida animal: é reconhecer que só há ecologia integral quando há dignidade, justiça e futuro para quem vive na floresta e da floresta.

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

1. Regularização Fundiária dos Territórios Indígenas, Quilombolas e Caiçaras

A demora na titulação impede o acesso a políticas públicas e favorece conflitos fundiários. É urgente concluir os processos administrativos e garantir segurança jurídica às comunidades. A regularização é um direito reconhecido constitucionalmente e instrumento de justiça histórica.

1.1 A realidade dos Povos Indígenas no Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira é também território indígena. Nessa região vivem aproximadamente **1.500 pessoas** pertencentes à **Nação Guarani**, distribuídas em **25 aldeias** que se autodenominam *tekohá* — expressão guarani que designa o lugar onde se reproduz o modo de ser e viver do povo. Esses territórios estão espalhados por 9 municípios do sul do estado de São Paulo, como Cananéia, Iguape, Eldorado, Registro, Sete Barras, Miracatu, Itariri, Pedro de Toledo e Pariquera-Açu.

A Nação Guarani reúne diferentes etnias: **Mbya, Nhandeva, Avá-Guarani, Kaiowá e Tupi-Guarani**. Embora compartilhem um tronco linguístico comum (Tupi), cada grupo possui especificidades culturais, linguísticas e espirituais que enriquecem a diversidade cultural da região. A organização social guarani valoriza a vida comunitária, o cuidado com a floresta e a relação espiritual com o território. O teko porã — o bem viver — é o princípio que guia suas práticas e saberes.

A **Constituição Federal de 1988** reconhece aos povos indígenas o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam. No entanto, esse direito vem sendo sistematicamente violado. No Vale do Ribeira, apenas **uma terra indígena foi homologada (Itariri)**. As demais encontram-se em diferentes estágios no processo administrativo de regularização fundiária: **1 reservada, 6 declaradas, 3 identificadas e 4 sem qualquer providência**. A morosidade do Estado brasileiro em garantir a titulação integral desses territórios gera insegurança, conflitos e violações cotidianas de direitos.

Em muitos casos, os *tekohá* se sobrepõem a Unidades de Conservação estaduais, como os Parques de Intervalos, Carlos Botelho e Ilha do Cardoso. Essa sobreposição, em vez de promover proteção conjunta, tem servido para criminalizar os modos de vida indígenas, impedindo práticas ancestrais como o cultivo de roças, o uso de plantas medicinais e a circulação tradicional no território.

Além disso, há registros de **invasões por empreendimentos privados**, como a instalação de condomínios e tentativas de exploração mineral, que desrespeitam a presença histórica dos Guarani e os colocam em situação de vulnerabilidade. Em alguns casos, essas ameaças contam com a conivência ou omissão dos poderes públicos, agravando o quadro de conflitos e deslegitimação de seus direitos.

Apesar dos obstáculos, as comunidades indígenas conquistaram importantes avanços: o direito à **educação escolar bilíngue e intercultural**, com escolas próprias e professores indígenas; a implementação de **postos de saúde indígena** com agentes formados pelas próprias comunidades; e ações de fortalecimento cultural. Ainda assim, esses serviços são frequentemente precarizados ou descontinuados.

A maior ameaça atual aos povos indígenas brasileiros — incluindo os do Vale do Ribeira — é a **Lei nº 14.701/2023**, aprovada pelo Congresso Nacional, que institui o chamado “**marco temporal**”. Essa lei restringe os direitos territoriais apenas às comunidades que estavam fisicamente nas terras no dia da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Ignora-se, com isso, que muitos povos foram expulsos de suas terras por violências históricas e sistemáticas. Tal interpretação é inconstitucional e fere frontalmente os direitos fundamentais dos povos originários, pois transforma um direito originário em uma concessão condicionada.

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

Diante desse cenário, os povos indígenas do Vale do Ribeira reivindicam:

- A **homologação imediata das terras em processo de demarcação** e o início dos processos paralisados.
- A **retirada dos empreendimentos ilegais de seus territórios** e o fim da criminalização dos seus modos de vida.
- A **garantia de políticas públicas continuadas e específicas**, com orçamento adequado, respeitando a autonomia e os saberes indígenas.
- A **revogação da Lei 14.701/23** e o reconhecimento da inconstitucionalidade do marco temporal pelo Supremo Tribunal Federal.

Os Guarani são povos da floresta, das águas, dos cantos e dos sonhos. São guardiões da Mata Atlântica e da vida simples e profunda. Defendê-los é defender a **ecologia integral**, a **democracia verdadeira** e a **Casa Comum**.

1.2. Realidade das Comunidades Quilombolas no Vale do Ribeira

A história dos quilombos no Vale do Ribeira remonta ao período colonial, quando africanos escravizados fugiam das fazendas de mineração e rizicultura para formar comunidades autônomas nas áreas de difícil acesso da região. Esses grupos, conhecidos como quilombolas, estabeleceram-se em territórios que hoje abrigam algumas das comunidades mais antigas do estado de São Paulo, como Ivaaporunduva, fundada no século XVIII, e São Pedro, estabelecida entre 1825 e 1830 por Roza Machado e Bernardo Furquim. Essas comunidades desenvolveram modos de vida sustentáveis, baseados na agricultura de subsistência, pesca artesanal e preservação da Mata Atlântica.

Ao longo dos séculos, os quilombolas do Vale do Ribeira resistiram a diversas formas de opressão, incluindo a escravidão, a marginalização econômica e a negação de seus direitos territoriais. Mesmo após a abolição formal da escravidão em 1888, essas comunidades continuaram a enfrentar desafios significativos para garantir a posse de suas terras e a preservação de sua cultura. A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito das comunidades quilombolas às terras que tradicionalmente ocupam, mas a efetivação desse direito tem sido marcada por lentidão e burocracia.

A lentidão da titulação fundiária no Vale do Ribeira não é apenas reflexo de ineficiência do Estado — trata-se de uma forma estrutural de exclusão institucionalizada e racismo ambiental. Conforme estudo da CONAQ, embora o Estado de São Paulo tenha promulgado a Lei nº 9.757/1997 — que obriga a titulação das comunidades quilombolas sobrepostas a terras públicas estaduais —, passados 27 anos, apenas 2 territórios quilombolas foram titulados integralmente e outros 7 parcialmente. A esse ritmo, seriam necessários cerca de 150 anos para titular os 52 territórios reconhecidos na região. Isso é inaceitável.

A morosidade e burocratização dos processos de titulação não são casuais. A “Carta da Audiência Pública ALESP 2024” denuncia que o ITESP, responsável pelo processo no Estado, adota procedimentos sem previsão legal, atrasa deliberadamente a publicação de laudos técnicos e impede ilegalmente o avanço dos processos. Pior ainda, mesmo nos poucos casos de titulação, os títulos emitidos contêm cláusulas que permitem a reversão das terras ao Estado, violando os direitos constitucionais dessas comunidades.

Essa omissão seletiva contrasta com a celeridade com que o mesmo órgão distribui títulos a fazendeiros: mais de 1.500 títulos entregues em menos de dois anos após a Lei Estadual nº 17.557/2022. Enquanto isso, os quilombolas enfrentam incertezas jurídicas, ameaças, perseguições e assassinatos, como nos casos de Carlito, Laurindo e Mãe Bernadete. A situação é agravada pelo fato de que, em mais de dois

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

anos desde que o ITESP foi subordinado à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, o Secretário nunca recebeu representantes quilombolas, apesar de inúmeros pedidos de audiência.

A violência institucional se amplifica quando o discurso político se reveste de racismo. Em 2017, um candidato à presidência declarou: “Se eu for eleito, quilombolas e indígenas não terão um palmo de terra demarcada. Visitei um quilombo no Vale do Ribeira, os moradores pesam sete arrobas, não servem nem para procriar.” Essa fala odiosa e desumanizante expressa de forma explícita o racismo ambiental e estrutural que perpassa as políticas públicas e legitima a negação de direitos.

As consequências são dramáticas. Sem terra titulada, não há segurança jurídica, não se acessam políticas públicas de forma adequada e não se assegura a dignidade. O modo de vida tradicional, as práticas agrícolas sustentáveis e a transmissão dos saberes ancestrais tornam-se inviáveis. Conforme a CONAQ denuncia na carta enviada à organização da COP30, a invisibilidade climática dos povos quilombolas reflete um apagamento histórico de suas contribuições à sustentabilidade. Comunidades que preservam biomas há séculos seguem sendo excluídas dos espaços de decisão climática, apesar de suas práticas representarem soluções concretas e eficazes à crise ambiental.

Regularizar os territórios quilombolas é mais do que uma obrigação legal: é um ato de reparação histórica e um imperativo de justiça ambiental. É garantir que essas comunidades possam semear o presente e colher o futuro com dignidade, autonomia e respeito. O direito à terra não é um favor — é a base para a liberdade, a cultura e a sobrevivência do povo quilombola no Vale do Ribeira e em todo o Brasil.

1.3 Realidade dos Agricultores Familiares e Posseiros no Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira é um dos territórios mais ricos em biodiversidade do Brasil e, ao mesmo tempo, uma das regiões com os **piores indicadores socioeconômicos do estado de São Paulo**. Nessa realidade complexa, os **agricultores familiares e posseiros** têm papel fundamental na produção de alimentos, na conservação ambiental e na manutenção das comunidades rurais. Apesar disso, enfrentam há décadas a **falta de regularização fundiária, o abandono institucional e o estigma social**.

A agricultura familiar no Vale do Ribeira é composta, majoritariamente, por pequenos produtores, seringueiros, extrativistas e ribeirinhos que vivem em **regimes de posse ou em terras devolutas** do estado. Muitos ocupam essas terras há mais de uma geração, mas seguem sem título definitivo, o que impede o acesso a **crédito rural, assistência técnica, políticas públicas estruturantes e segurança jurídica**.

Boa parte desses territórios está localizada em áreas de proteção ambiental, como Áreas de Proteção Permanente (APPs), Reservas Legais, ou sobrepostas a Unidades de Conservação, como os Parques Estaduais do Jacupiranga, Intervales, Carlos Botelho e Caverna do Diabo. **A sobreposição entre áreas ocupadas tradicionalmente e áreas protegidas** tem gerado conflitos recorrentes entre comunidades rurais e órgãos ambientais do estado, como a Fundação Florestal, CETESB e a Secretaria de Meio Ambiente. Em muitos casos, agricultores são multados ou criminalizados por manterem roças, criarem animais ou utilizarem recursos naturais de forma tradicional.

O resultado é um **processo de insegurança fundiária, criminalização cultural e êxodo rural**. Muitos jovens deixam suas comunidades diante da ausência de perspectivas econômicas e educacionais. Ao mesmo tempo, observa-se a concentração fundiária em mãos de grandes proprietários, empresas de mineração ou empreendimentos turísticos, que pressionam pela desocupação ou compra forçada de terras.

Mesmo diante desse cenário adverso, os agricultores familiares do Vale do Ribeira são protagonistas da **produção de alimentos saudáveis e diversificados**. Cultivam banana, mandioca, feijão, milho, palmito, além de plantas medicinais e hortas comunitárias. Também mantêm formas de convivência com a floresta,

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

como sistemas agroflorestais, extrativismo sustentável e práticas tradicionais de roça de coivara, muitas vezes criminalizadas, mas reconhecidas por sua resiliência agroecológica.

A titulação de terras devolutas, a criação de assentamentos da reforma agrária e o apoio a modelos de produção agroecológica são reivindicações históricas do movimento dos agricultores e dos posseiros da região. Sua luta se articula com movimentos populares como a **Unicafes, o MST, a CPT, associações locais e cooperativas da agricultura familiar**, que denunciam o abandono institucional e demandam políticas públicas voltadas ao **desenvolvimento rural sustentável com justiça social**.

Esses trabalhadores do campo exigem:

- A titulação imediata das posses legítimas, especialmente nas áreas devolutas estaduais;
- A regularização fundiária coletiva e individual, com garantia de permanência e uso produtivo da terra;
- A implementação de programas como o PNCF (Crédito Fundiário), o PAA e o PNAE, com acesso facilitado para pequenos produtores da região;
- Assistência técnica contínua, crédito subsidiado e fomento à agroecologia e à comercialização solidária;
- O fim da criminalização das roças tradicionais e a revisão das normas ambientais aplicadas sem diálogo com as realidades locais.

Valorizar os agricultores familiares e posseiros do Vale do Ribeira é reconhecer sua contribuição histórica para a **segurança alimentar, a proteção ambiental e a cultura popular**. São eles que sustentam o campo, mesmo sem garantias básicas. Sua permanência no território é condição essencial para a **justiça socioambiental e para o cuidado com a Casa Comum**.

1.4 Realidade dos Caiçaras e Pescadores Artesanais no Vale do Ribeira

Os caiçaras e pescadores artesanais do Vale do Ribeira formam comunidades tradicionais que vivem, historicamente, nos estuários, manguezais, rios, canais e enseadas do litoral sul de São Paulo — especialmente nos municípios de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida. São herdeiros de uma cultura que mistura influências indígenas, africanas e europeias, desenvolvida ao longo dos séculos em profunda relação com o mar, os rios e as florestas de restinga e mangue.

As práticas de pesca, cultivo de roças, extrativismo de mariscos, coleta de frutos do mangue, construção de embarcações e manejo sustentável da mata constituem um modo de vida territorialmente enraizado, transmitido entre gerações. Os saberes caiçaras são exemplos vivos de convivência harmônica com os ecossistemas costeiros, e suas técnicas são reconhecidas como eficientes e sustentáveis.

Contudo, os caiçaras e pescadores vêm sendo sistematicamente excluídos das políticas públicas, criminalizados e ameaçados de expulsão de seus territórios. A partir da década de 1970, com a criação de diversas Unidades de Conservação (UCs), como o Parque Estadual da Ilha do Cardoso e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins, a permanência dessas comunidades passou a ser colocada em xeque. Em nome da proteção ambiental, muitas famílias foram proibidas de fazer roças, reformar suas casas, abrir trilhas ou pescar nos lugares onde sempre viveram.

Além disso, a expansão de empreendimentos turísticos privados, projetos de aquicultura empresarial, mineração de areia, especulação imobiliária e a própria precariedade das políticas de pesca têm reduzido os territórios de pesca e ameaçado a soberania alimentar dessas comunidades. As marés irregulares, a destruição de manguezais e o assoreamento dos canais também são reflexos das mudanças climáticas e das intervenções humanas desordenadas, que afetam diretamente os modos de vida tradicionais.

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

Apesar dos ataques, os caiçaras e pescadores artesanais continuam organizados em associações, colônias, conselhos costeiros e movimentos de base. Defendem a criação de territórios tradicionais caiçaras, com regimes de co-manejo das UCs, como prevê a legislação brasileira, e o reconhecimento legal das suas práticas e modos de vida como patrimônio cultural imaterial.

Essas comunidades reivindicam:

- O **reconhecimento oficial de seus territórios tradicionais**, com segurança jurídica para viver, plantar e pescar;
- A **revogação de normas e restrições ambientais que criminalizam seus modos de vida**, sem participação e consulta;
- A criação e implementação de **Planos de Manejo Participativos**, que respeitem o uso coletivo e tradicional dos recursos naturais;
- Políticas públicas específicas para a pesca artesanal, incluindo **licenças simplificadas, crédito, infraestrutura, acesso ao PNAE e ao PAA**;
- A valorização de seus saberes tradicionais, seus produtos e sua cultura como parte essencial da **identidade costeira e da ecologia integral**.

Os caiçaras e pescadores artesanais são **protetores dos mangues, dos rios, das restingas e do mar**. Defender seus direitos é cuidar de uma das regiões mais ricas e frágeis da Mata Atlântica costeira. Sem eles, o litoral do Vale do Ribeira perde sua alma, sua memória e sua sustentabilidade.

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

2. Não à Construção das Barragens no Vale do Ribeira

Os projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) ignoram os modos de vida locais e os riscos sociais e ambientais. O Vale do Ribeira não precisa de mais barragens: precisa de rios livres, agricultura sustentável e respeito às comunidades.

Os Projetos de Barragens no Rio Ribeira: uma ameaça à vida e ao território

A resistência contra barragens no Vale do Ribeira tem uma longa trajetória. Ainda na década de 1980, ecoou um grito: “O Rio Ribeira vai se transformar em propriedade de um dono.” A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) planejava construir quatro grandes UHEs — Batatal, Funil, Itaóca e Tijuco Alto — sob o comando do grupo Votorantim. A exclusão era evidente: perguntava-se “E o povo, para onde vai?”, ao que se respondia: “O Vale não tem nada, só mata e serra.” Nenhuma consideração havia pelos povos que ali viviam há séculos.

O projeto ignorava os modos de vida, os direitos das comunidades e a função ecológica do território. Esse modelo desenvolvimentista, que transforma rios em mercadoria, se repete hoje nas dezenas de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) propostas. Os impactos são cumulativos, silenciosos e devastadores. Mais do que nunca, é necessário reafirmar: **o Rio Ribeira não tem dono. O Vale do Ribeira não está à venda.**



Figura 2 - Manifestação contra as barragens no Rio Ribeira. Instagram @moabvaledoribeira

Uma intensa mobilização começou a se formar. Foi nesse contexto que nasceu o **MOAB – Movimento dos Atingidos por Barragens**, articulando **comunidades quilombolas, ribeirinhas, agricultores e ambientalistas** em defesa do Rio Ribeira. Durante mais de **três décadas de luta**, o MOAB promoveu audiências públicas, estudos técnicos, denúncias internacionais e articulações com a Igreja, movimentos sociais e universidades.

Essa resistência culminou em uma **vitória histórica em 2009**, quando o IBAMA arquivou o processo de licenciamento da barragem de Tijuco

Alto, reconhecendo os impactos irreversíveis que a obra causaria sobre as comunidades e o meio ambiente. Essa conquista é símbolo da **capacidade de organização popular para proteger territórios e modos de vida tradicionais.**

Entretanto, a ameaça retorna sob nova forma: a fragmentação dos empreendimentos em dezenas de **Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)** ao longo do Rio Ribeira, especialmente em suas nascentes e curso médio. Em vez de um grande barramento, agora são **mais de 30 projetos**

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

identificados, que juntos podem causar impactos tão graves quanto — ou até piores — que Tijuco Alto.

Em **dezembro de 2023**, a ANEEL aprovou a **revisão do Inventário Hidrelétrico do Rio Ribeira**, apresentado pela empresa **Msul Energias Renováveis Ltda.**, que incluem 11 novos pedidos de barragens. Além disso, o **IBAMA confirmou que o processo de licenciamento ambiental para as PCHs Itaoca e Sete Barras está em andamento**, mesmo sem a devida apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), como exige a legislação.

Esses projetos, se implantados, poderão transformar trechos contínuos e livres do rio em um **sistema encadeado de represas**, alterando profundamente o fluxo da água, os ciclos ecológicos, a qualidade da água e a vida das comunidades que dependem diretamente do rio para pescar, plantar, circular e viver.

As **ameaças das barragens** incluem:

- Afetamento direto de **comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas**, sem consulta prévia, livre e informada;
- Alteração do curso natural do rio, comprometendo a **pesca artesanal, o abastecimento de água e a biodiversidade**;
- **Remobilização de metais pesados**, como chumbo e mercúrio, devido à contaminação histórica causada pela mineração, principalmente na região de Adrianópolis (PR);
- **Desrespeito aos direitos territoriais**, culturais e ambientais das populações tradicionais do Vale do Ribeira.

Em 2024, como continuidade da resistência, o MOAB, junto com associações quilombolas e entidades como o EAACONE e a Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Registro, iniciou um projeto de **levantamento técnico e mobilização comunitária**. Por meio da Lei de Acesso à Informação, ofícios e articulações com o **Ministério Público Federal, IBAMA, ANEEL e outros órgãos**, foi possível confirmar o avanço silencioso dos projetos e a omissão de mecanismos de participação popular.

A luta pelo **Rio Ribeira livre e vivo** continua. As comunidades exigem que qualquer planejamento energético respeite os direitos das populações locais, os saberes ancestrais e os limites ecológicos do território. Preservar o Rio Ribeira é proteger a **água, a vida e a dignidade de quem vive em suas margens**.

3. Proibição da Mineração nos Territórios Tradicionais

A mineração ameaça o ciclo das águas, contamina o solo e divide comunidades. É necessário proibir a atividade mineral em territórios tradicionais e implementar zonas livres de mineração em áreas de proteção ambiental.

Mineração no Vale do Ribeira: ameaça persistente aos territórios, à saúde e ao futuro

O Vale do Ribeira é um território de riquezas naturais, diversidade cultural e presença histórica de povos tradicionais. Ao mesmo tempo, é alvo de um modelo de desenvolvimento extrativista que ameaça seus rios, suas florestas e suas comunidades. A expansão da mineração na região, impulsionada por interesses empresariais e amparada por políticas públicas sem participação social efetiva, representa hoje uma das maiores ameaças à vida no território.

Um legado de destruição: o caso Plumbum

A história da mineração no Vale do Ribeira está marcada por contaminação, descaso e impunidade. O exemplo mais emblemático é o da empresa **Plumbum S/A**, que atuou por décadas em **Adrianópolis (PR)** na extração e fundição de chumbo. Mesmo após o encerramento de suas atividades em 1995, a empresa deixou toneladas de rejeitos tóxicos expostos ao ar livre. Até hoje, moradores da Vila Mota e da Vila Bela convivem com **solos e águas contaminados por chumbo, cádmio e mercúrio**, metais pesados que causam doenças neurológicas, respiratórias e renais, especialmente em crianças.

Estudos revelaram níveis alarmantes de intoxicação em comunidades vizinhas, mas **nenhuma ação efetiva de descontaminação** foi implementada. O que se vê é o abandono do Estado e a omissão das empresas responsáveis por reparar os danos ambientais e humanos causados.

Avanço silencioso de novas concessões

Apesar dos alertas da sociedade civil e dos passivos deixados por experiências anteriores, a mineração avança no Vale do Ribeira. Atualmente, há **mais de 120 pedidos ativos de exploração mineral** na região, envolvendo minerais como calcário, galena (chumbo), areia, ouro e fosfato. Os pedidos se concentram especialmente nos municípios de **Iporanga, Cajati, Itaóca, Sete Barras, Eldorado e Adrianópolis**, afetando diretamente áreas de recarga hídrica, florestas preservadas e territórios ocupados por comunidades quilombolas, indígenas e agricultores.

Esses processos tramitam no **Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM)** e na **Agência Nacional de Mineração (ANM)**, muitas vezes **sem consulta prévia, livre e informada**, como exige a **Convenção 169 da OIT**. A falta de transparência, somada à ausência de Avaliações Ambientais Integradas, permite que empreendimentos fragmentados avancem sem considerar os impactos acumulados no ecossistema e na vida das pessoas.

Violência, desinformação e racismo ambiental

A mineração no Vale do Ribeira se estrutura sobre práticas de **desinformação, cooptação e fragmentação do tecido social**. Empresas abordam moradores com promessas de empregos, indenizações ou compensações futuras, frequentemente omitindo os riscos reais à saúde e ao território. Escolas, associações e lideranças locais são pressionadas a aceitar os projetos como "única saída" para o desenvolvimento.

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

A atuação do Estado agrava o cenário. O **ITESP**, órgão responsável pela regularização fundiária em São Paulo, segue sem titular a maior parte das comunidades quilombolas, ao mesmo tempo em que entregou **mais de 1.500 títulos de terras a fazendeiros** em dois anos, segundo denúncia das organizações quilombolas na **Audiência Pública da ALESP em outubro de 2024**. A desigualdade institucional e o bloqueio sistemático do direito à terra evidenciam o **racismo ambiental** que estrutura a expansão da mineração.

Impactos ambientais e climáticos

A mineração destrói florestas, remobiliza metais pesados no solo e nos rios, altera cursos d'água e agrava o processo de degradação dos ecossistemas. No caso do Vale do Ribeira, esses danos ganham proporções ainda maiores por ocorrerem em **áreas de Mata Atlântica preservada**, em zonas de recarga aquífera e em territórios estratégicos para o enfrentamento das mudanças climáticas.

A contaminação dos corpos hídricos compromete a agricultura, o abastecimento humano e a biodiversidade. Além disso, o avanço das mineradoras mina a confiança e o futuro das comunidades, que veem seus modos de vida ameaçados por projetos alheios às suas realidades.

A resposta das comunidades

Frente a esse cenário, **quilombolas, indígenas, agricultores, ribeirinhos e organizações da sociedade civil** têm se articulado em redes de resistência, como o **MOAB (Movimento dos Ameaçados por Barragens)**, a **EAACONE**, o **CIMI**, a **Comissão de Justiça e Paz** e a **CNBB**, que em 2024 realizou uma Missão Solidária no território. As denúncias seguem sendo levadas ao Ministério Público Federal, à Defensoria Pública e a órgãos internacionais de direitos humanos.

As comunidades exigem:

- A **suspensão imediata de todos os processos minerários** sobrepostos a territórios tradicionais;
- A **reparação dos passivos ambientais e à saúde**, como no caso da Plumbum;
- A **implementação de políticas públicas sustentáveis**, que valorizem a agroecologia, o turismo de base comunitária e a economia da sociobiodiversidade;
- O **cumprimento da Convenção 169 da OIT**, com garantia da consulta prévia, livre e informada;
- A **titulação urgente dos territórios quilombolas e indígenas**, como condição de justiça territorial.

A luta contra a mineração no Vale do Ribeira não é apenas uma reação aos impactos ambientais. É uma defesa ativa de um modelo de vida baseado no cuidado com a terra, na sabedoria dos ancestrais e no direito de decidir sobre o próprio território. Enquanto as mineradoras enxergam riqueza no subsolo, as comunidades enxergam **vida na superfície**. E essa vida vale mais do que qualquer minério.

4. Defesa do Direito às Roças Tradicionais

As práticas agrícolas de coivara são sustentáveis e fazem parte da identidade cultural das comunidades. Devem ser reconhecidas e apoiadas por políticas de fomento, pesquisa e assistência técnica.

O Direito às Roças Tradicionais: Cultivar é Resistir

No Vale do Ribeira, o ato de plantar vai muito além da produção de alimentos. É também uma expressão de resistência, memória e espiritualidade. As chamadas roças tradicionais ou roças de coivara fazem parte do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola (SATQ), um modo de vida ancestral que combina saberes ecológicos, técnicas sustentáveis e práticas culturais transmitidas de geração em geração pelas comunidades quilombolas da região.

A roça tradicional é mais do que um modelo agrícola: é uma prática cultural de mais de 300 anos, central para o modo de vida dos quilombolas do Vale do Ribeira. Conhecida como “coivara”, ela envolve a abertura controlada de pequenas áreas, seguindo critérios ecológicos e o saber ancestral sobre solos, ventos, chuvas e ciclos da floresta. Após o corte e a queima da vegetação secundária, planta-se uma diversidade de cultivos: milho, mandioca, cará, inhame, abóbora, banana, mexerica, pepino, entre outros.

Depois de dois a quatro anos, a área entra em pousio e é devolvida à regeneração natural. Esse sistema agrícola não degrada a floresta, mas convive com ela, conservando biodiversidade e armazenando carbono. Cada etapa da roça está ligada a rituais, festividades e processos educativos transmitidos entre gerações.

A Roça Tradicional Quilombola: Direito, Manejo Sustentável e Permanência no Território

As roças tradicionais são parte central do modo de vida das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Mais do que uma técnica de cultivo, elas representam um sistema agrícola construído ao longo de séculos, baseado na convivência com a floresta e na transmissão de conhecimentos entre gerações. É uma prática sustentável que garante a segurança alimentar, valoriza os saberes locais e reforça a permanência das comunidades em seus territórios.

O que são as roças tradicionais?

As roças tradicionais, também chamadas de roças de coivara, são sistemas de cultivo em que o agricultor abre pequenas áreas de vegetação secundária para o plantio, com base no conhecimento do solo, da floresta e do clima. O processo envolve:

- Seleção da área de cultivo com base em critérios ecológicos;
- Corte da vegetação com técnica apropriada;
- Abertura de aceiros (barreiras de contenção);
- Queima controlada da matéria orgânica seca (coivara);

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

- Plantio de alimentos variados (mandioca, milho, feijão, cará, inhame, batata-doce, banana, entre outros);
- Manejo por até quatro anos;
- Devolução da área à floresta com regeneração natural (pousio).

Esse ciclo é repetido em novas áreas, respeitando a capacidade de regeneração da vegetação e mantendo a biodiversidade. O plantio segue o calendário lunar e os conhecimentos dos mais velhos. As sementes utilizadas são crioulas, conservadas em casa ou trocadas nas Feiras de Mudas e Sementes Quilombolas.

Por que as roças são importantes?

- Garantem alimentação saudável e variada;
- São práticas de baixo impacto ambiental;
- Conservam o solo e os recursos hídricos;
- Respeitam e utilizam o conhecimento tradicional;
- São espaços de transmissão de saberes e fortalecimento cultural;
- Geram renda com a venda dos excedentes;
- Contribuem para a conservação ativa da Mata Atlântica.

Reconhecimento institucional e legal

Em 2018, o Sistema Agrícola Tradicional Quilombola (SATQ) do Vale do Ribeira foi reconhecido pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Também existem normas legais que apoiam a prática:

- **Resolução SMA nº 189/2018:** estabelece critérios para o licenciamento ambiental diferenciado;
- **Resolução SEMIL nº 98/2022:** regulamenta o autolicensing das roças, reconhecendo a coivara como prática de manejo tradicional;
- **Lei Federal nº 12.651/2012 (Art. 31):** reconhece os sistemas agroflorestais de povos e comunidades tradicionais como de baixo impacto ambiental.

Esses instrumentos são resultado da luta das comunidades e da articulação de organizações como o **GT da Roça**, criado em 2007, com participação de associações quilombolas, EAACONE, COOPERQUIVALE, Instituto Socioambiental (ISA), entre outros parceiros.

A luta contra a criminalização e os novos desafios

Durante décadas, as roças foram vistas como práticas ilegais por órgãos ambientais. Essa criminalização não foi acompanhada de políticas alternativas. Nenhuma tecnologia apropriada foi apresentada, nenhuma alternativa viável foi construída com participação popular. O que se viu foi a exclusão do modo de ser, viver e produzir. É urgente **reconhecer a roça tradicional como prática legal, cultural e ecológica**, não como infração ambiental. É hora de reparar essa injustiça histórica com licenciamento diferenciado, apoio técnico, crédito e valorização cultural.

Fiscalizações punitivas, multas e ameaças à permanência nas terras tradicionais geraram medo e insegurança. Mesmo após os avanços legais, ainda há **resistência por parte de setores técnicos e de fiscalização**, que insistem em aplicar regras inadequadas às práticas tradicionais.

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

Além disso, as **restrições impostas à abertura de novas áreas para cultivos voltados à geração de renda**, mesmo quando agroecológicos e de pequena escala, seguem como um dos principais entraves. Os quilombolas reivindicam uma autorização simplificada e adequada para viabilizar roças mais perenes, sem serem comparadas a monoculturas convencionais.

Outro desafio é o **racismo ambiental**, que desqualifica o saber quilombola, tanto nas instituições como nos espaços escolares, onde a roça muitas vezes é tratada como atraso. Por isso, é fundamental valorizar o SATQ também como ferramenta pedagógica, reconhecendo seu papel na formação das novas gerações.

Feira de Sementes e articulação política

A **Feira de Troca de Sementes e Mudanças das Comunidades Quilombolas**, iniciada em 2008, é a principal ação de valorização e proteção do SATQ. Realizada anualmente, reúne produtos, sementes, saberes, celebrações, e estratégias de articulação comunitária. Em 2024, a feira chegou à sua 15ª edição. As ações do GT da Roça e da feira consolidam o SATQ como uma referência de agricultura sustentável, protagonizada por comunidades negras e tradicionais. É um exemplo concreto de que conservação da floresta e produção de alimentos podem caminhar juntas.

Posicionamento da 7ª Romaria da Terra

A **7ª Romaria da Terra, das Águas e da Ecologia do Vale do Ribeira**, realizada em 2025 no Quilombo do São Pedro, reafirma a importância das roças tradicionais como práticas legítimas e estratégicas para a sustentabilidade territorial. Em sintonia com a encíclica *Laudato Si'*, reconhecemos nas roças quilombolas um modelo real de **ecologia integral**, que une cuidado com a natureza, justiça social, valorização da cultura e preservação da vida.

Defender o direito às roças é defender:

- A permanência das comunidades quilombolas em seus territórios;
- A produção de alimentos saudáveis e livres de veneno;
- O reconhecimento legal e cultural do conhecimento tradicional;
- A gestão comunitária e sustentável da Mata Atlântica;
- A superação do racismo ambiental e institucional.

As roças tradicionais são um direito coletivo, garantido por lei e sustentado pela prática. É hora de fortalecer as políticas públicas, simplificar os procedimentos de licenciamento, ampliar o reconhecimento social e garantir os meios para que as comunidades sigam plantando com liberdade e dignidade.

A roça quilombola é um bem comum da humanidade. Plantar, neste chão, é um gesto político e espiritual. Um ato de amor pela terra, pelo povo e pelo futuro.

Tá na hora da roça ser plenamente reconhecida como o que ela é: instrumento de soberania alimentar, conservação ambiental, geração de renda e permanência no território.

5. Defesa do Meio Ambiente e Combate às Mudanças Climáticas

O Vale do Ribeira é estratégico no enfrentamento das mudanças climáticas. A proteção das florestas, das águas e dos saberes tradicionais é um serviço ambiental vital para o Brasil. Devemos apoiar políticas de conservação e fortalecer os povos que cuidam da natureza.

As Mudanças Climáticas e o Vale do Ribeira: uma crise visível, uma resposta urgente

O Vale do Ribeira, território de florestas, rios, montanhas e comunidades tradicionais, já sente com força os efeitos das mudanças climáticas. A região, que abriga o maior remanescente contínuo da Mata Atlântica e uma diversidade cultural viva, está sendo atingida por alterações no clima que afetam diretamente a **produção de alimentos, o ciclo das águas, a saúde das populações e a integridade dos ecossistemas**.

O que está mudando?

Nos últimos anos, os dados meteorológicos e os relatos das comunidades convergem para um mesmo diagnóstico: **o clima está se tornando mais instável, imprevisível e extremo**.

- **As chuvas intensas aumentaram em frequência e intensidade.** Segundo o CEMADEN, o número de eventos de deslizamentos de terra e inundações na região de Registro e Sete Barras dobrou entre 2015 e 2022, especialmente nos meses de verão.
- **Períodos de estiagem estão se tornando mais longos e irregulares.** Dados do INMET mostram que, entre 2020 e 2023, o volume de chuvas acumuladas em alguns meses foi até **40% abaixo da média histórica**, comprometendo o desenvolvimento de lavouras e a recarga das nascentes.
- **A temperatura média anual subiu entre 1,3 °C e 1,6 °C nas últimas três décadas** na região sul do estado de São Paulo, de acordo com a série histórica do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).
- Em 2022, o MapBiomias registrou uma **redução de 16% na superfície de áreas úmidas e banhados no Vale do Ribeira** em relação a 1990 — indício de alteração no regime hídrico.
- As **perdas em roças tradicionais** e cultivos agroecológicos causadas por eventos extremos somaram prejuízos de até **R\$ 3 milhões apenas em 2021**, conforme dados levantados por associações locais e pelo Instituto de Pesquisas Ambientais de SP.

As comunidades relatam com frequência:

- Mudança no tempo de maturação da banana e da mandioca;
- Desaparecimento de nascentes e menor fluxo nos córregos usados para irrigação;
- Aumento de doenças respiratórias e fúngicas nas crianças durante períodos de calor úmido;
- Dificuldade de manter o calendário agrícola tradicional, baseado na leitura das fases da lua e do comportamento das chuvas.

Esses fenômenos não são isolados: fazem parte de uma **crise climática global**, mas com impactos muito concretos e localizados.

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

Um paradoxo doloroso

O Vale do Ribeira é, ao mesmo tempo, um dos territórios **mais conservados do Brasil** e um dos **mais vulneráveis socialmente**. Essa contradição torna os impactos das mudanças climáticas ainda mais graves: os que menos poluem são os que mais sofrem.

De acordo com o IBGE (2022), cerca de **32% da população da região vive abaixo da linha da pobreza**, com renda per capita inferior a R\$ 550. Em municípios como Barra do Turvo e Iporanga, **mais de 60% da população depende de programas de transferência de renda**. A falta de infraestrutura hídrica, planos de adaptação climática e assistência técnica agrava ainda mais os efeitos dos eventos extremos.

A contribuição do território para o clima do planeta

É preciso afirmar com dados: o Vale do Ribeira **presta serviços ambientais estratégicos para o Brasil e o mundo**.

- **Mais de 85% do território ainda possui cobertura florestal**, sendo a maior porção contínua da Mata Atlântica preservada.
- A região abriga mais de **9 mil nascentes mapeadas**, que abastecem sistemas hídricos do litoral sul, do Vale do Paraíba e da Grande São Paulo.
- As práticas agrícolas de comunidades quilombolas e indígenas evitam o uso de agrotóxicos e se baseiam no respeito ao ciclo natural, contribuindo para a **resiliência climática** local.

Esses indicadores mostram que o Vale do Ribeira **não é parte do problema climático — é parte da solução**.

O que está em jogo

- Garantir **titulação dos territórios tradicionais** como forma de proteger a floresta e a cultura local;
- Apoiar **experiências de adaptação climática comunitária**, como reflorestamento de nascentes, sistemas agroflorestais e gestão da água pela comunidade;
- Incluir as **vozes dos povos da floresta e das águas nas políticas públicas e nos fóruns internacionais** sobre mudanças climáticas.

Com a aproximação da **COP30, que será realizada no Brasil em 2025**, é inaceitável que territórios como o Vale do Ribeira fiquem invisíveis nas discussões climáticas. Se quisermos construir uma transição ecológica justa, é essencial:

II – JULGAR: À LUZ DO EVANGELHO E DA ESPIRITUALIDADE CRISTÃ ENGAJADA

“Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância.” (João 10,10)

Jesus afirmou: “Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância” (João 10,10). Essa declaração não se limita à existência humana, mas abrange toda a criação: a vida das florestas, dos rios, dos animais e de todos os seres vivos. Quando proclamamos “Todas as formas de vida importam, mas quem se importa?”, estamos ecoando o chamado do Evangelho para colocar a vida no centro de nossas ações e decisões

Os povos o Vale do Ribeira e as comunidades tradicionais — quilombolas, indígenas e caiçaras — têm vivido em harmonia com a natureza por séculos, preservando a biodiversidade da região. No entanto, enfrentam ameaças constantes devido a políticas que priorizam o lucro em detrimento da vida, resultando em exclusão social e ambiental. Essa realidade é moralmente condenável e teologicamente injustificável.

A exclusão ambiental não é neutra — é moralmente condenável e teologicamente injustificável. Quando os povos são excluídos de seus territórios em nome de um progresso que mata, o Evangelho se levanta em defesa da vida.

A Boa Nova de Jesus é anúncio e denúncia. Anúncio de uma vida plena e reconciliada com Deus, com os outros e com a criação. Denúncia de toda estrutura que oprime, destrói e exclui. No Vale do Ribeira — terra de florestas, rios e povos tradicionais — esse chamado se torna concreto. Quando a terra é mercantilizada, os rios poluídos, os pobres expulsos e os modos de vida criminalizados, a fé cristã nos convida a discernir. **Julgar é ver com os olhos de Deus e agir com o coração de Cristo.**

Cuidar da criação é expressão da fé – A espiritualidade do Cuidado!

Desde o Gênesis, a criação é apresentada como dom e responsabilidade. Deus confia ao ser humano a missão de “cultivar e guardar” o jardim (Gn 2,15). Isso exige uma relação de cuidado e não de dominação. Jesus aprofunda esse olhar: fala dos lírios do campo e das aves do céu (Mt 6,26-28), multiplica os peixes, caminha sobre as águas, vive em harmonia com a natureza. A espiritualidade de Jesus é **encarnada, sensível, simples e comprometida com a vida dos pequenos.**

A *Laudato Si'* reforça que:

“O desafio urgente de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral.” (LS, n. 13)

“Não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental.” (LS, n. 139)

Portanto, **cuidar da floresta e dos povos que nela vivem é inseparável do Evangelho.** A espiritualidade cristã não é neutra. Ela se compromete com os pobres, com os esquecidos, com os que defendem a vida ameaçada.

A espiritualidade cristã é engajada e ecológica

A crise climática não é apenas ambiental ou técnica — é também **ética, social e espiritual.** Somos desafiados a uma **conversão ecológica**, que transforme nosso modo de viver, consumir, rezar e agir. A *Laudato Si'* e a *Laudate Deum* afirmam com clareza:

“A crise ecológica é um reflexo da crise espiritual do nosso tempo.” (LS, n. 119)

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

“Hoje, os pobres e a terra clamam. E nosso silêncio seria cúmplice da destruição.” (LD, n. 19)

Essa espiritualidade ecológica nos convida a:

- Contemplar a beleza da criação com gratidão;
- Viver com sobriedade, partilha e alegria no essencial;
- Cuidar dos pequenos gestos cotidianos como sinais do Reino;
- Defender os territórios ameaçados como ato de fé viva.

Como nos lembra Tiago:

“A fé, se não tiver obras, é morta em si mesma.” (Tiago 2,17)

Justiça para os pobres é justiça ambiental

No Vale do Ribeira, comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras e agricultores familiares vivem há séculos uma relação de respeito com a terra. São elas que mantêm vivas práticas como as roças tradicionais, o manejo de sementes crioulas, a pesca artesanal e a proteção das nascentes. Mesmo assim, são tratadas como obstáculos ao “desenvolvimento” e muitas vezes criminalizadas por viver em áreas protegidas que elas mesmas ajudaram a conservar.

O Compêndio da Doutrina Social da Igreja ensina que ***“a terra não pode ser tratada como mera mercadoria, mas deve ser cuidada como herança recebida e transmitida.” (n. 471)***. Assim a espiritualidade cristã engajada reconhece que **não há justiça ambiental sem justiça territorial**. Defender os povos da floresta é defender o próprio Evangelho.

A Profecia de Jesus hoje

Jesus denunciou o sistema que exclui e explora, expulsando os vendedores do templo (Mt 21,12-13), porque haviam transformado o espaço sagrado em mercado. Hoje, quantas vezes a Casa Comum é profanada e afirmando que ***“não se pode servir a Deus e ao dinheiro.” (Mateus 6,24)***. Hoje, a lógica do lucro que contamina rios, destrói matas e expulsa os pobres é a mesma lógica denunciada por Jesus.

O Papa Francisco afirma que ***“a submissão da política à tecnologia e às finanças revela-se no fracasso das cúpulas mundiais sobre o meio ambiente.” (LS, n. 54)***. Diante disso, a espiritualidade cristã engajada é também **profética**. Ela levanta a voz com os que clamam, sustenta os que resistem, alimenta a esperança dos que cuidam da terra com fé.

Discernir é escutar o grito da terra e dos pobres

O apóstolo Paulo escreve: ***“Sabemos que toda a criação geme e sofre como em dores de parto.” (Romanos 8,22)***. No Vale do Ribeira, esse gemido está nos deslizamentos de terra, nas enchentes que invadem as casas, na seca das roças, nos alimentos perdidos, nas crianças adoecidas, nas lideranças ameaçadas.

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

Jesus nos chama a sermos bem-aventurados: ***“Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados.” (Mateus 5,6)***. Ele nos envia a anunciar a Boa Nova aos pobres e a proclamar libertação aos cativos: ***“O Espírito do Senhor está sobre mim, porque Ele me ungiu para anunciar a Boa Nova aos pobres [...], proclamar libertação aos cativos e pôr em liberdade os oprimidos.” (Lucas 4,18)***

Julgar é discernir com os olhos da fé e agir com coragem

O discernimento cristão não nos permite ficar indiferentes. Julgar, à luz do Evangelho, é compreender que **defender a floresta, os rios e os povos que vivem da terra é ato de fidelidade a Deus**. É parte da missão da Igreja anunciar o Reino e combater as estruturas que geram morte.

Como disse Dom Pedro Casaldáliga: ***“A fé que não se traduz em justiça é uma fé morta.”*** Que nossa espiritualidade seja viva, encarnada, engajada. Que nossa oração se torne ação. Que nossos encontros de fé fortaleçam os passos concretos pela justiça climática e pela dignidade dos povos do Vale do Ribeira. Que sejamos, como Igreja, sinal de esperança e fermento do Reino no coração da criação.

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

III. AGIR: Nossa esperança é coletiva

O Vale do Ribeira é chão sagrado de resistência. Aqui, onde floresta e povo caminham juntos há séculos, pulsa uma ecologia viva — feita de roças, redes, canoas, fogões a lenha e mãos que cuidam da terra como extensão do próprio corpo. Em tempos de crise climática, de violações territoriais e de falsas promessas de progresso, os povos do Vale não se calam. Seguem em pé, nutrindo o futuro com sua fé, sua sabedoria e sua coragem.

A crise que vivemos não é apenas ambiental: é social, econômica, ética, espiritual. É a crise de um modelo que transforma tudo em mercadoria — a água, a terra, os corpos, a cultura. E por isso, nossa resposta precisa ser integral, coletiva e engajada, ligando fé e política, espiritualidade e organização, denúncia e anúncio.

Agir é compromisso. É amor encarnado na história. É esperança que se move. E neste território ameaçado, mas cheio de vida, agir é também proteger, resistir e propor caminhos de transformação.

Agir é defender com coragem e fé:

- **Reafirmar o direito à terra e ao território** como fundamento da justiça social e climática. Isso exige:
 - A titulação imediata dos territórios quilombolas, indígenas e caiçaras;
 - O fim dos entraves fundiários que impedem o acesso à política pública;
 - A suspensão dos processos de concessão de mineração e barragens em áreas tradicionais.
- **Fortalecer práticas ancestrais e agroecológicas**, que conservam a floresta e alimentam o povo:
 - Apoiar e reconhecer as roças tradicionais quilombolas como patrimônio ecológico e cultural;
 - Incentivar políticas de fomento à agroecologia, reflorestamento comunitário e sistemas agroflorestais;
 - Exigir o licenciamento ambiental diferenciado para práticas tradicionais, conforme as leis já existentes.
- **Ampliar a mobilização comunitária e a incidência política**, em todos os níveis:
 - Organizar audiências públicas e assembleias populares nos territórios;
 - Criar ou fortalecer Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Povos e Comunidades Tradicionais e Segurança Alimentar;
 - Construir espaços de diálogo com o Legislativo e o Judiciário para pressionar por políticas de justiça ambiental e climática.
- **Denunciar publicamente os projetos de destruição**, e promover alternativas:
 - Mobilizar campanhas contra os novos pedidos de PCHs, concessões minerárias e desmatamentos;
 - Usar redes sociais, rádios comunitárias, vídeos e rodas de conversa para fazer circular as vozes dos povos do Vale;
 - Apresentar propostas nas conferências regionais, estaduais e nacionais — e nos espaços preparatórios para a COP30.
- **Educar, formar e empoderar as juventudes**:
 - Criar escolas populares e cursos de formação política e ambiental;
 - Apoiar a participação de jovens em redes de agroecologia, comunicação e defesa dos direitos;
 - Valorizar a espiritualidade popular e os saberes intergeracionais como base para a resistência.
- **Integrar fé e ação, oração e compromisso**:
 - Promover celebrações e vigílias com o tema da Casa Comum;
 - Fortalecer o trabalho das pastorais e da Igreja como espaço de acolhida, denúncia e solidariedade;
 - Participar das Romarias, das Campanhas da Fraternidade e dos mutirões pela ecologia integral.

PROPOSTA DE CARTILHA: VAMOS CUIDAR DA CASA COMUM

Ecologia Integral e Justiça para os Povos Tradicionais do Vale do Ribeira

Nossa esperança nasce da resistência

O tempo é agora. Não há mais margem para o adiamento. O futuro se constrói nas decisões do presente. E o presente exige coragem, articulação, cuidado e perseverança.

O Vale do Ribeira enfrenta um cerco silencioso. Parques são privatizados. Os rios se tornam propriedade de poucos. As mineradoras avançam, deixando rastros de destruição. Cria-se um emaranhado de empecilhos que empurra o povo à pobreza — para que seja, depois, presa fácil dos grandes empreendimentos.

Como nos alerta o Grito dos Excluídos: “A casa comum caminha para o abismo.” Por isso, a luta das comunidades do Vale do Ribeira não é só por terra ou por sobrevivência. É uma luta por justiça, por futuro, por memória, por fé. É um grito coletivo que precisa ser ouvido — nas igrejas, nas escolas, nas instituições e nos corações. O tempo é agora. Vamos cuidar da Casa Comum com coragem, ternura e justiça.

“Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus.” (Mt 5,9)

Nossa esperança é coletiva. Ela brota da terra bem cuidada, da roça renovada, do rio limpo, da partilha no mutirão, da oração comunitária, da juventude organizada, das mãos dadas no território.

Como nos ensina o Evangelho, o **grão de mostarda é pequeno**, mas nele já está a promessa da árvore frondosa. Que nossas comunidades sejam como esse grão — **firmes, resilientes e proféticas**. Que os rios sigam correndo livres, as florestas se regenerem, e os povos vivam com dignidade sobre a terra que protegem com amor há séculos.

Vamos cuidar da Casa Comum com coragem, ternura e justiça. O Vale é de quem cuida. O futuro é de quem resiste.